

UM DESAFIO PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DO BREXIT

*Flávia Loss de Araújo
Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite*

No dia 23 de junho de 2016, o Reino Unido decidiu pela saída da União Europeia (UE). O resultado do referendo realizado ainda é alvo de grande repercussão, especialmente, por estar em negociação os termos dessa saída do bloco. No dia 29 de março de 2017, Theresa May, primeira-ministra britânica desde a renúncia de Cameron após resultado do referendo, entregou carta que oficializa a intenção de saída do Reino Unido a Ronald Tusk, presidente do Conselho Europeu. O conteúdo da carta se refere à evocação do artigo 50 do Tratado de Lisboa¹ (2009), que trata em seu âmbito sobre a vontade de um país em deixar de ser parte da instância europeia. Entre os temas mais urgentes no que diz respeito a esse processo estão a multa de aproximadamente 200 bilhões de reais e os 3 milhões de cidadãos que vivem na fronteira com a Irlanda.

1 1. Todo Estado membro poderá decidir, em conformidade com suas normas constitucionais, retirar-se da União. 2. O Estado membro que decidir retirar-se notificará sua intenção ao Conselho Europeu. À luz das orientações do Conselho Europeu, a União negociará e celebrará com esse Estado um acordo que estabelecerá a forma de sua retirada, levando em conta o marco de suas relações futuras com União. Este acordo será negociado com base na seção 3 do Artigo 218 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. O Conselho o celebrará em nome da União por maioria qualificada, prévia à aprovação do Parlamento Europeu. 3. Os Tratados deixarão de ser aplicados ao Estado de que se trate a partir da data entrada em vigor do acordo de retirada ou, em sua ausência, aos dois anos da notificação a que se refere a seção 2, salvo se o Conselho Europeu, de acordo com dito Estado, decidir por unanimidade prorrogar esse prazo. 4. Por efeito das seções 2 e 3, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado membro que se retirará não participará nem das deliberações nem das decisões do Conselho Europeu que o afetem. A maioria qualificada será definida com conformidade com a letra b) da seção 3 do Artigo 238 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. 5. Se o Estado membro que se retirou da União solicitar de novo a adesão, sua solicitação será submetida ao procedimento estabelecido no Artigo 49.

Para entender o dilema atual, é importante retomar brevemente o processo histórico que culminou nesse resultado. O Reino Unido aderiu à UE somente em 1973 e sempre demonstrou ressalva em relação ao projeto de integração, uma vez que a ideia de aprofundamento da integração política e de modelo federalista era alvo de preocupação e desaprovação entre os britânicos, que sempre adotaram postura de distanciamento.

Os dois principais partidos do país, Trabalhista e Conservador, alternaram posturas anti e pró integração ao longo do século XX, possuindo, até hoje, profundas divisões internas acerca do tema e independentemente de bandeiras ideológicas. O primeiro plebiscito sobre a questão foi realizado em 1975 sob o mandato do trabalhista Harold Wilson (1974-1976). Na ocasião, a população optou pela permanência no bloco.

Na segunda metade da década de 1980 ocorreu a intensificação da desconfiança em relação à UE durante o mandato da primeira-ministra Margaret Thatcher, do partido Conservador, uma das principais defensoras da autonomia britânica frente ao projeto europeu. Na mesma época, o partido trabalhista passou a adotar uma postura pró-integração, opondo-se à relutância dos conservadores. Thatcher se tornou ainda mais refratária à integração após deixar o cargo, em 1990, chegando a apoiar a animosidade de membros de seu partido contra seu sucessor, John Major, na questão da assinatura do Tratado de Maastrich.

O sucessor de Major foi Tony Blair, primeiro-ministro trabalhista entre 1997 e 2007 e partidário da maior participação do Reino Unido na integração. Blair também enfrentou a oposição dos chamados “eurocéticos” e a dificuldade de criar uma identidade europeia entre os britânicos (DADDOW, 2013). O chanceler do tesouro² durante seu mandato, Gordon Brown, foi dos principais opositores da adoção do euro no Reino Unido, pois apesar de acreditar que os britânicos deveriam participar ativamente da integração, possuía dúvidas quanto aos benefícios econômicos da troca de moeda. Posteriormente, Brown se tornou primeiro-ministro (2007-2010) e manteve uma postura pró-integração, exceto no plano das políticas econômicas. Durante o mandato de Brown ocorreu a crise econômica que afetou a zona do euro, aumentando

2 Equivalente ao Ministro da Fazenda no Brasil.

3 Sede do Conselho Europeu, órgão máximo da União Europeia.

a percepção da população britânica de que o país poderia ser negativamente afetado por decisões tomadas em Bruxelas³.

Finalmente, David Cameron (2010-2016), do partido Conservador, pressionado pelo fortalecimento do movimento anti-integração, cumpriu uma das promessas de campanha de seu segundo mandato e convocou um novo referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE em 2016. O resultado favorável à saída do bloco representou uma importante vitória para Nigel Farage, antigo membro do partido Conservador que militava pela saída da UE desde 1992, quando se desligou do partido como protesto pela assinatura do Tratado de Maastrich e se tornou um dos fundadores do Partido da Independência do Reino Unido⁴. Cameron, por outro lado, saiu enfraquecido do pleito e renunciou ao cargo, sendo substituído por Theresa May, também conservadora, em julho de 2016.

O resultado do referendo foi alvo de discordância dentro do Reino Unido, pois Escócia e Irlanda do Norte votaram favoráveis à permanência, assim como parte das capitais e grandes centros dos países britânicos, o que trouxe à baila a disparidade de posicionamento não somente interna aos países, mas também na região, resultando em declarações da Escócia e da Irlanda do Norte. Ademais, há o conflito entre a posição assumida pelos jovens, que votaram pela permanência e os idosos, que votaram pela saída, o que coloca em cheque a necessidade de diálogo entre o conservadorismo e as novas gerações, pois que ainda estas que se considerem progressistas, os jovens têm demonstrado menor envolvimento com questões políticas.

Alguns pontos devem ser ressaltados como parte da construção de uma trama maior no tocante aos motivos pelos quais, levando em consideração a presença histórica dos eurocéticos na política britânica, nesse momento, o Brexit foi levado a cabo. O primeiro deles, de ordem estrutural, é a globalização, que desconstrói fronteiras e rompe com os marcos referenciais dos indivíduos. Esse novo momento impõe desafios às instituições tradicionais como o Estado, que deixa de cumprir seu papel de ente regulador para a ordem social.

O papel de uma instância supranacional que pudesse fazer o intermédio entre o nacional, o local e global aparece como chave para questão. Entretanto, há uma lacuna

4 “UK Independence Party”, em inglês.

entre esses diversos âmbitos, a despeito do papel do Parlamento Europeu, que busca maior representação dos interesses dos cidadãos e criação maior conexão com as instâncias europeias.

Há a percepção pela Comissão Europeia, especialmente após o resultado do referendo britânico e levante de alguns países membros da UE no mesmo sentido, de que o bloco, frente aos fluxos globais de financeirização e desregulamentação nos mais diversos níveis, tem se mostrado falho em atender aos desejos dos europeus de maneira mais abrangente, uma vez que “a novidade é que Bruxelas tem consciência de que os excessos dos últimos anos devem ser corrigidos: defende ‘dar forma’ à globalização, colocar-lhe rédeas” (EL PAÍS, 2017). Dessa forma, no 60º aniversário da UE, houve o lançamento de um dossiê que incentiva os 27 países membros a explicitar seus interesses para a construção do bloco que desejam.

Um ponto que foi amplamente debatido na ocasião do Brexit⁵ e que será um grande desafio para a UE é a questão da migração, pois com o recebimento crescente de refugiados pela UE, com o apoio alemão, 74% dos europeus demonstraram desejar maior controle por parte das instituições supranacionais sobre o tema (EUROPA, 2016). A postura histórica do Reino Unido de manter certo distanciamento e autonomia somente se acentuou em um cenário de crise global e alto índice de desemprego, o que leva a antiga intolerância em relação ao outro reacender e ser o ponto de partida para um cenário de desconfiança em relação ao bloco como equalizador dos problemas de ordem interna.

Frente a um contexto adverso, a tendência de se voltar para o âmbito nacional e de tomar medidas de cunho protecionista se tornam comuns, ainda que não sejam a chave para a complexidade dos desafios existentes para a tomada de decisão na atualidade. Nos últimos anos, as crises financeiras e migratórias experimentadas pela UE somente trouxeram maior fragilidade a uma situação já muito delicada. Essas circunstâncias colocam em teste a capacidade de uma instância supranacional decidir por questões referentes ao cotidiano e às particularidades de cada um dos 27 países membros da UE e ser eficaz ao realizar essa tarefa.

Em tal cenário, os eurocéticos adquirem maior espaço político não só no Reino Unido, mas em diversos países membros do bloco. A busca por autonomia frente essa equação, ainda que mais simplista, em um primeiro momento aparece como

5 Abreviação de “British exit”, em inglês.

melhor solução, visto que os benefícios da integração são, muitas vezes, de longo prazo e pouco percebidos pelo cidadão comum. A conclusão do processo da saída britânica será um dos maiores desafios enfrentados pela UE e definirá a capacidade de coesão e resiliência do bloco frente a movimentos centrífugos que estão em ascensão em toda a Europa.

Flavia Loss Araujo

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP), E-mail: flavialossaraujo@gmail.com

Maria Luísa T. A. Leite

Mestranda do Programa de Pós- Graduação em relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP). E-mail: lutelarolli88@gmail.com

REFERÊNCIAS

A CRISE da migração e dos refugiados: as iniciativas do Parlamento Europeu. Parlamento Europeu, 08 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/20160824TST40022/20160707STO36236/a-crise-da-migracao-e-dos-refugiados-as-iniciativas-do-parlamento-europeu>> Acesso em: 14 de out. 2017.

DADDOW, Oliver. Margaret Thatcher, Tony Blair and the Eurosceptic Tradition in Britain. In: *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 15, p. 210-227, 2012.

FUNG, Brian. The British are frantically googling what is eu after voting to leave. *Washington Post*, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2016/06/24/the-british-are-frantically-googling-what-the-eu-is-hours-after-voting-to-leave-it/?tid=sm_fb> Acesso: em 23 de jun. 2016

PÉREZ, Claudi. União Europeia reconhece problemas da globalização e propõe regras. *El País*, Bruxelas, 10 mai. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/09/internacional/1494352373_088740.html> Acesso em: 14 de out. 2017.

PLEBISCITO revela Reino Unido (des)unido. *BBC Brasil*, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36617121>> Acesso 23 de jun. 2016

RESULTADO britânico gera onda de pedidos por plebiscito em outros países. *G1*, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/resultado-britanico-gera-onda-de-pedidos-por-plebiscitos-em-outros-paises-da-ue.html>> Acesso em: 23 de jun. 2016